



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/ PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

GERINALDO SALES DE SOUZA

PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO MULTISSERIADA: uma análise
a partir do fazer pedagógico dos professores de uma escola pública de
Santa Maria do Pará

CASTANHAL – PA
2018

GERINALDO SALES DE SOUZA

PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO MULTISSERIADA: uma análise
a partir do fazer pedagógico dos professores de uma escola pública de
Santa Maria do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Pará, como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Licenciado Pleno em
Pedagogia, sob a orientação do Professor
Mesc. Rubenixson

CASTANHAL - PA
2018

GERINALDO SALES DE SOUZA

PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO MULTISSERIADA: uma análise
a partir do fazer pedagógico dos professores de uma escola pública de
Santa Maria do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Pará, como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Licenciado Pleno em
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o

(orientador)

Prof^o

(membro)

Prof^o

(membro)

CASTANHAL - PA
2018

AGRADECIMENTOS

Esta fase da minha vida é muito especial e não posso deixar de agradecer a Deus por toda força, ânimo e coragem para superar as dificuldades e também por toda saúde que me deu e que permitiu alcançar esta etapa tão importante da minha vida.

A esta universidade e a toda sua direção eu deixo uma palavra de agradecimento por todo ambiente inspirador e pela oportunidade de concluir este curso.

A todos os professores eu agradeço a orientação incansável, o empenho e a confiança que ajudaram a tornar possível este sonho tão especial. Agradeço imensamente ao professor Dario Azevedo, por ter ajudado na construção desse projeto.

À minha família e amigos que nunca desistiram de mim e sempre me ofereceram amor eu deixo uma palavra e uma promessa de gratidão eterna.

Aos meus pais Gidalto Souza e Arlete Sales, que me ensinaram os caminhos corretos e a ter respeito ao próximo.

Aos meus irmãos pelo incentivo, afeto e carinho.

As minhas amadas Esposa e Filha, Daniele e Giselly, que despuseram da minha ausência durante esses anos e estiveram presentes em todos os momentos, acreditando sempre no meu sucesso.

A todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte do meu percurso eu agradeço com todo meu coração. Se hoje este trabalho é uma realidade é graças a todos que estiveram ao meu lado contribuindo para a realização deste sonho.

A todos eu deixo um agradecimento honesto e muito sentido.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pelo dom da vida, a minha família pelo total apoio nessa caminhada vitoriosa e principalmente a minha esposa por ter me dado todo apoio necessário para que eu chegasse aqui. Dedico também a minha prima Enara pelo incondicional apoio durante todo esse tempo.

Enfim, muitíssimo obrigado a todos!

RESUMO

Um dos principais desafios colocados à educação do meio rural está relacionado ao ensino das escolas rurais com salas multisseriadas. Estas compreendem alunos de diferentes comunidades, séries, idades, aprendizagem e níveis de conhecimentos. São turmas heterogêneas, que têm como característica central a diversidade. Em muitas regiões rurais do Brasil, a educação escolar é organizada em turmas multisseriadas devida às grandes distâncias entre as comunidades e o baixo número de alunos em cada série/ano. É comum encontrar os que estão em fase de alfabetização estudando com quem já sabe ler e escrever – e todos sob a orientação de apenas um professor que precisa ensinar a partir do contexto e a cultura local.

O ponto principal a ser tratado neste estudo diz respeito às práticas exercidas na ação educativa dos professores que atuam em escolas rurais com salas multisseriadas no município de Santa Maria do Pará em algumas escolas rurais. As contribuições de Arroyo, Salomão, PCN Parâmetros curriculares Nacionais lei LDB, Projeto Base do Programa Escola Ativa, entre outros, fundamentaram a análise sobre a escola rural e os desafios da docência em salas multisseriadas. Os instrumentos de pesquisa empregados foram questionários e observações aplicados para responder às seguintes questões: Como atuam os professores em classe multisseriadas? Como se estrutura a escola rural com salas multisseriadas?

PALAVRAS-CHAVE: Prática Pedagógica, Educação do campo, Multissérie.

ABSTRACT

One of the main challenges posed to rural education is related to the teaching of rural schools with multisite rooms. These comprise students from different communities, grades, ages, learning and levels of knowledge. They are heterogeneous groups, whose main characteristic is diversity. In many rural areas of Brazil, school education is organized into multi-grade classes due to the great distance between communities and the low number of students in each series / year. It is common to find those who are in the literacy stage studying who they already know how to read and write - and all about the guidance of only one teacher who needs to teach the context and the local culture. The main point to be addressed in this study concerns the practices practiced in the educational action of teachers working in rural schools with multi-series rooms in the municipality of Santa Maria do Pará in some rural schools. The contributions of Arroyo, Salomão, PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais lei LDB, Base Project of the Active Scale Program, among others, grounded the analysis on the rural school and the challenges of teaching in multi-series rooms. The research instruments used were questionnaires and observations applied to answer the following questions: How do teachers in multi-serials class work? How is the rural school structured with multi-series rooms?

KEY WORDS: Pedagogical practice, Field education, Multissérie.

LISTA DE SIGLAS

CEB – Conselho de Educação Brasileiro

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNBB – Confederação Nacional dos bispos do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MST – Movimento Sem Terra

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

SEMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO PARÁ E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
1.1 A construção do território de Santa Maria do Pará.....	15
1.2 As características do município.....	17
1.2.1 A Cultura Santamariense.....	17
1.2.2 O Comércio.....	18
1.2.3 A Agricultura.....	18
1.2.4 O Meio rural.....	19
1.3 <i>Multisserie em Santa Maria do Pará: um estudo de caso</i>	20
2 A EDUCAÇÃO MULTISERIADA: Na Legislação Brasileira.....	21
2.1 Educação do Campo: O Nascimento de um projeto de Educação Básica para as Escolas do Campo.....	23
2.2 Educação multisseriada no município de Santa Maria.....	26
2.3 A escola Júlia da conceição.....	29
3 PRÁTICAS DOCENTES NAS TUMAS MULTISSERIADAS: Desafios e Perspectivas do Educador do Campo.....	33
3.1 Saberes pedagógicos em construção: em busca práticas inovadoras.....	38
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
5- REFERÊNCIAS.....	42
6- APÊNDICES.....	46

1- INTRODUÇÃO

O processo de construção e desenvolvimento de qualquer sociedade, e a formação da identidade cultural de um povo, consiste em um aspecto fundamental de nossas vidas: a educação. É através da Educação que acontece a transmissão dos conhecimentos de gerações mais velhas para as mais novas nos aspectos culturais e éticos que formam a consciência espiritual da sociedade humana, ela se manifesta nas diferentes situações, transmitindo o conhecimento historicamente construído e é através da mesma o caminho mais adequado para civilização. Sendo uma prática que se estabelece no bojo de uma sociedade, ela influencia e é influenciada por fatores políticos, econômicos e culturais. Sendo assim, o processo educativo no contexto atual se delinea numa perspectiva de um sistema dominante, no caso, o capitalismo.

A este respeito Frigotto (1999) sintetiza;

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais, de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnicas, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder as demandas do capital. (p.26)

A este respeito, entende-se que a função social do professor como sistematizador do ensino no qual está diretamente relacionado com o aluno está sendo obscurecida, muitas vezes as práticas pedagógicas se restringe meramente a serviço sistêmico controlado pelas secretarias de Educação. Deste modo o papel do educador deixa de ser especificamente humano e passa ser funcional, tecnicista, reducionista.

Sendo assim, considerando que para exercer uma prática educativa numa sociedade, que não reconhece o trabalho profissional do professor, requer que este saiba a importância do seu ofício na formação da humanidade. Tendo em vista que é através do ato educativo do professor que emana todo e qualquer profissão.

Nesta perspectiva, o profissionalismo entende-se que o trabalho docente se constrói na relação do cotidiano escolar, e nos espaços historicamente produzidos, surgir assim o interesse sobre a pesquisa e as práticas pedagógicas de professores de classes multisseriada, no campo, a fim de compreender como os

professores desenvolvem suas atividades pedagógicas no contexto de uma turma com distorção série idade.

Para esclarecer a situação atual das práticas pedagógicas associada à educação escolar; é preciso levar em conta a sua dinâmica social, pois as práticas educacionais ao mesmo tempo em que influenciam também são influenciadas dependendo do momento histórico.

Um levantamento do Plano Nacional de Educação (2014) com relação aos Planos anteriores, não apresentando, entretanto, conquistas significativas no que concerne à Educação do Campo.

No Brasil, identifica-se a presença dessa hierarquização, especialmente no que diz respeito ao direito à educação pública. Por exemplo, para a população de 0 a 3 anos, o direito ao acesso à educação não é garantido de modo eficaz pelo Estado, pois somente 23,2% dessa população frequenta a escola. Outro exemplo é o direito à educação para a população do campo, pois, convive-se, dentre outros problemas, com a realidade do analfabetismo: dos 8,5% de analfabetos do país, 20,8% deles encontram-se em áreas rurais (IBGE, 2013). Nesse sentido, torna-se preocupante o fechamento de escolas do campo, acirrado nos últimos 10 anos (BRASIL, 2014). Embora proibido por lei, esse fechamento parece ser uma realidade que se vislumbra para o campo, se consideramos que esta é uma questão silenciada no Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014–2024 (BRASIL, 2014).

[...] na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes se encontram diluídos entre o que se puderam perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana (PRADO, 1995, p. 6).

Segundo Prado, função da escola rural, naquele momento, além de instruir, constituía auxiliar na adequação do indivíduo ao meio. A Educação Rural possuía como principais objetivos: a “[...] valorização do homem rural, educar é fixar o homem à terra em que vive, é adaptá-lo ao seu meio, formar a mentalidade do homem do campo” , o que evidencia a intenção do Estado de conter, por meio da escola, as insatisfações camponesas.

Considerando que a luta faz a lei, igualmente a Resolução CNE/CEB de 1 de 3 de Abril de 2002, instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, representam uma vitória para os movimentos sociais nesta caminhada em busca dos direitos reservados à Educação popular do campo. Em prol desse ideário educacional surgiram vários debates, fóruns e conferências dos grupos envolvidos nesta luta em defesa de uma Educação Básica para as Escolas do Campo, Mais o marco legal apenas foi batizado na I Conferência Nacional que aconteceu em Luziânia/GO. Nesta conferência surgem as propostas curriculares tão almejadas pelos movimentos

Dentre as reivindicações estavam um formato de currículo específico que incluía as Licenciaturas em Educação do Campo para os educadores (as) a fim de atender as necessidades do alunado seguindo característica que lhes são próprias; outra reivindicação do movimento é o conhecimento das formas de exercer o ofício de ensinar, educar no campo, pois se entende que o povo que vive no e do campo tem suas vivências própria de delinear práticas educativas que entenda e atenda as multiplicidades do sujeito do campo.

Diante dessa adversidade trago como problemática as prática pedagógico de professores de classes multisseriadas de escola pública do município de Santa Maria do Para. A ideia principal que norteará essa pesquisa está relacionada à forma como o professor de classe multisseriada desenvolve as práticas pedagógicas no cotidiano escolar; verificar se este professor recebe formação específica para trabalhar em turma com estas características e qual os desafios e perspectivas enfrentados por este educador no campo de Santa Maria do Pará.

Nestes termos se pergunta: Como estão sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas dos educadores (as) de classes multisseriadas da escola pública no município de Santa Maria do Para?

Acredita-se que o professor do campo que ensina em turmas multisseriadas enfrentam dificuldades para desenvolver seu trabalho que esse profissional precisa realizar vários planejamentos para atender os níveis de aprendizagem; e que o mesmo não tem formação continuada específica.

Para a realização desta pesquisa optou-se por critérios metodológicos com abordagem qualitativa com ênfase em perguntas aplicadas para os dois

professores que lecionam em turmas multisseriadas. O lócus da pesquisa será na Escola de Ensino Infantil e Fundamental Julia da Conceição, localizada na travessa Piquiarana. Nesta perspectiva entende-se que o estudo de casos e um levantamento biográfico de autores que abordam sobre esta temática se fará de fundamental importância na construção dessa tarefa.

Este método difere, em princípio, do quantitativo, à medida que não emprega instrumentais estatísticos como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias (RICHARLISON, 1989).

Os estudos de campo qualitativos não tem um significado preciso em quaisquer das áreas onde sejam utilizados. Para alguns todos os estudos de campo são necessariamente qualitativos e, mais ainda, como já comentados, identificam se com a observação participante.

O presente trabalho está estruturado em três sessões: I Contexto histórico de Santa Maria do Pará: A construção do território de Santa Maria do Pará: A característica do município, cultura santa-mariense, o comércio, a agricultura, o meio rural. Para esse debate, trago como referencias alguns autores que servirão de apoio para esta discussão.

Prática Pedagógica: Trabalho docente historicamente construído na relação social. Nesta será discutida sobre práticas pedagógicas, a construção da prática como saberes docente, e também será relatada uma breve constituição das praticas pedagógicas em classes multisseriadas, assim como as conquistas legais do Direito à Educação Básica para as Escolas do Campo. Para esse debate, trago como referencias alguns autores que servirão de apoio para esta discussão.

A segunda sessão tem como complemento *A educação multisseriadas na legislação brasileira*: educação do campo; nascimento de um projeto de educação básica para as escolas do campo; educação multisseriadas no município de Santa Maria do Pará.

A terceira sessão: resultados e análises dos dados. Discute os resultados e os fatos ocorridos durante todo o trabalho, mantendo um dialogo entre os envolvidos na pesquisa, assim como as contribuições de quem ajudou no feito deste, possibilitando esclarecer informações para o professor que possivelmente trabalhará com turmas multisseriada.

1- CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO PARÁ.

Esta seção abordará um breve contexto histórico da construção territorial do município, destacando os aspectos: agricultura, cultura Santamariense, comércio, e o meio rural.

1.1 A construção do território de Santa Maria do Pará

Sabe-se que a criação do município de Santa Maria do Pará, assim como a dos demais municípios da Zona Bragantina se deu em decorrência da construção da Estrada de Ferro de Bragança, extinta atualmente.

Quando Augusto Montenegro assumiu o governo do Estado, por volta de 1897, uma das metas de sua administração era a conclusão da Estrada de Ferro de Bragança e a colonização da Região Bragantina, que tiraria proveito da ferrovia para escoar seus produtos para Belém. Com isso, migrantes de outras partes do Estado e do Brasil estabeleceram-se na região e nela assumiram o papel de colonos exploradores, assim, ao longo do tempo, edificaram alguns povoados, os quais chegaram a alcançar um progresso significativo.

O processo de formação territorial Santamariense partia de um pressuposto onde todos os mecanismos (sociais, culturais, econômicos) pudessem operar de forma conjunta fazendo com que o município começasse a se encaminhar dentro de uma nova dinâmica proposta a partir da integração com a capital do Pará através da abertura das duas rodovias federais.

A participação da população municipal em desenvolver o município era algo visto como necessário e urgente uma vez que se dividiam diversas culturas (explorações) e a reorganização das técnicas de produção baseadas no que se conhecia através dos índios Tembés e dos migrantes que chegavam em busca de uma qualidade de vida.

Localizada no Nordeste paraense, o município de Santa Maria do Pará é conhecido como “*cidade trevo*”, sendo traçada por duas das mais importantes rodovias federais, integra a capital do Pará aos demais municípios do estado e vice-versa.

A formação do território do município começa com o deslocamento dos índios do Alto rio Guamá para a região do Alto Maracanã (como era conhecido na época). Os índios também vieram fugidos da ferocidade de outras tribos, pois os mesmos não tinham tradição guerreira.

Santa Maria do Pará passava por constantes transformações durante o seu período de formação territorial, era a chegada de um mundo “moderno” dentro do rustico território criado pelos indígenas.

As mudanças continuavam acontecendo e com o passar dos anos e a chegada dos imigrantes nordestinos e europeus a Travessa Santa Maria começava a viver seu momento de crescimento populacional. As mudanças dentro do território Santa-Mariense partiam de uma total relação de poder, haja vista que tudo o que estava acontecendo dentro do território tinha a autorização do então General Magalhães Barata.

Em 1955 o então Governador do Estado, o senhor Zacarias Assunção criou o município de Santa Maria do Pará. No entanto o município carregou consigo uma vida breve enquanto emancipado, por decreto do Governo Estadual, Santa Maria voltara a ser vila novamente.

Com a abertura das rodovias federais (BR-316 e BR-010) Santa Maria novamente virara alvo do crescimento e da “modernização”. A lei 2.460 de 29 de Dezembro de 1961 criava-se novamente o município de Santa Maria do Pará, sob o decreto do então Governador do Estado do Pará, Aurélio Correa do Carmo.

Na atualidade, Santa Maria do Pará está localizada na mesorregião do nordeste paraense, microrregião Bragantina distante de Belém do Pará em aproximadamente 110 km, no território municipal se encontram as duas principais rodovias federais que dão acesso direto a capital do Estado e como deslocamento para o restante do Brasil, ao todo a cidade comporta em sua totalidade 335,5 km de rodovias federais.

Localiza-se a uma latitude 01°21'01” sul e uma longitude 47°34'32” oeste, estando a uma altitude de 51 metros e uma área de 4598,49 km² (fonte: Google 2015).

1.2 As características do município

1.2.1 Cultura Santamariense.

Na localidade se nota uma tendência ao hibridismo cultural, haja vista que se observa a miscigenação de artistas advindos de vários lugares do país que fortalece a cultura local, como Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Atualmente, o município é formado pelo distrito-sede de Santa Maria do Pará. Na localidade pode ser observada uma tendência ao hibridismo cultural. Nota-se que sua história é marcada pela coexistência de múltiplas culturas, uma vez que os artistas advêm de vários lugares do país, fortalecendo, assim, a cultura local.

Temos como exemplo desse hibridismo o artista João Benedito de Souza, proveniente do estado da Paraíba, fixou residência e desenvolveu suas atividades artísticas no município ora em questão.

A cultura popular é forte menti influenciados pelos nordestinos que aqui se fixaram motivados pelas terras férteis do lugar. A acentuada religiosidade é manifestada pelas festas religiosas como forma de expressão de sua fé. Mas a modernidade foi chegando e transformando a cultura do povo.

Hoje quase todas as festividades estão extintas.

Quanto ao aspecto cultural, Santa Maria tem um vasto calendário festivo:

- Janeiro: Festividade de São Sebastião na comunidade do Barrolândia.
- Fevereiro: Carnaval de rua (praça matriz);
- Março: Festividade de São Jose (Rua da Celpa);
- Maio: Festividade da Padroeira Nossa Senhora Auxiliadora;
- Junho: Festa junina, Festa dos casados (Vila Tacianteua), Festa do mingau e os concursos de quadrilha no Espaço Cultural;
- Agosto: Círio de Nossa Senhora Auxiliadora (Padroeira);
- Setembro: Abertura da semana da Pátria; desfile do dia 7 de setembro e a Festividade de Nossa Senhora Auxiliadora;
- Outubro: Festividade de São Francisco de Assis;
- Dezembro: Aniversario do município, Círio de Tacianteua “São Raimundo Nonato” e a Festividade de Santa Luzia (Bairro Multirão).

1.2.2 O comércio

Na área urbana do município de Santa Maria do Pará, depois do processo de emancipação e da abertura das rodovias federais, muitos nordestinos advindos para trabalharem na abertura das estradas acabaram permanecendo no local, considerando aquele território como o seu “lugar” e por consequência iniciaram os serviços de comercialização, ou seja, numa perspectiva econômica podemos considerar estes nordestinos como os primeiros comerciantes conhecidos no município de Santa Maria do Pará.

Segundo Conceição (2002) a chegada do eixo rodoviário no nordeste do estado favoreceu a “integração de mercados, a oferta de serviços rodoviários, a intensificação do comércio, o aumento de fluxos de pessoas e o crescimento demográfico nas cidades e nas vilas”. Além disso, correspondeu ao período de grandes consequências no que diz respeito às alterações do meio natural ao longo de toda essa região.

O comércio santa-mariense ganhou forças e com os passos lentos de uma gestão ou outra do poder executivo, o município vai se organizando e partindo de um pressuposto onde o mesmo tem uma pouca idade, podemos dizer que ainda vivemos uma rusticidade e a esperança de um desenvolvimento, porque o mesmo se faz necessário.

1.2.3 A Agricultura

Durante muitos anos aqui citados desde o período que antecede a emancipação municipal, o município já carregava consigo uma forma de economia baseada no sistema agrário extensivo, as famílias vivam de uma subsistência e o pouco a que sobrava servia para o processo de comercialização que acontecia durante os domingos no núcleo urbano da então Vila de Nossa Senhora Auxiliadora.

Na visão de José de Aquino (Entrevistado em 2014), a agricultura sempre foi o carro-chefe do município e partindo para um olhar mais geográfico vamos conseguir compreender a forma de ocupação que vai se organizar, ou seja, novamente o rio ganha destaque e de certa forma fortalece o comércio.

O comércio era voltado, sobretudo para esta prática agrária e somente com a emancipação política do município em 1961 a produção começou a ter um

escoamento maior, relato aqui com dados históricos que esta produção já circulava através de uma pequena Maria Fumaça que partia até a Vila de Santo Antônio do Prata e subsequente chegava ao município de Igarapé-Açu onde existia um comércio mais intenso e permitindo assim uma geração de lucro maior do que o que acontecia no município de Santa Maria do Pará.

Como havia supracitado sobre a importância dos rios para o desenvolvimento não apenas do processo de infraestrutura dos vilarejos, mas para tornar mais acessível ao processo econômico local, para afirmar este contexto CASTRO (2006) destaca que o processo de ocupação ocorrido nas terras às margens dos rios permitiu um desenvolvimento na agricultura camponesa na Amazônia, e dentro deste recorte o município de Santa Maria também participou deste processo sendo impulsionado pelas correntes migratórias e pelos atores que compunham o território municipal neste momento.

No contexto atual, o município ainda se prende ao processo de agricultura familiar, sem o apoio total do governo, as famílias ainda se empregam numa estatística de subsistência. A maior produção econômica ainda está relacionada a produção de farinha de mandioca, devido as migrações estrangeiras, temos a produção da pimenta do reino (técnica adquirida pelos japoneses) e implantadas no município. E dentro deste entorno agrário que se implanta na dinâmica urbana, temos as indústrias de beneficiamento que vão acelerando o processo de urbanização permitindo com que surja o capital e o mesmo seja requerido pelos novos agentes que compõem o núcleo municipal.

1.2.4 O meio rural

Com aproximadamente 24.186 habitantes (dados do IBGE 2017), Santa Maria do Pará possui uma área de 457,70 km², onde boa parte pertence ao meio rural, com uma estimativa de mais de 60 agrovilas.

O forte da economia no município ainda é baseado na produção de farinha de mandioca e seus derivados, atualmente outros produtos veem também contribuindo para um melhor desenvolvimento econômico na região, novos produtos tem ganhado espaço e contribuído para o aumento da renda da população, são eles:

a produção de frutas e hortaliças, apicultura, plantação de dendê e a criação de gado, que tem ampla área especificam para essa criação.

A produção de asfalto também tem grande destaque no desenvolvimento econômico da região.

1.3 Multissérie em Santa Maria do Pará: um estudo de caso.

A presente pesquisa foi realizada com estudos de casos, pesquisa de campo, bibliográfica, de forma qualitativa que ocorreu em uma escola localizada no meio rural no município de Santa Maria do Pará.

A pesquisa descritiva tem papel de proporcionar uma nova visão sobre as práticas pedagógicas de professores de classes multisseriadas no campo. Tendo em vista o trabalho profissional do educador que não é pouco pela sociedade.

Surgiu aí o interesse de pesquisar para compreender o cotidiano de um profissional que atuam com uma turma com distorção série idade.

A realidade da pesquisa ocorreu em uma escola pública do município de Santa Maria do Pará, no meio rural a 16 km da cidade, na travessa Piquiarana, a escola Julia da Conceição funciona em dois períodos manhã e tarde com duas professoras. O ambiente rural da escola é cercado de vegetação nativa e por proprietários agricultores.

As fontes usadas na pesquisa foram escolhidas pelo grau de compatibilidade do tema a leituras utilizadas falou sempre das dificuldades de se trabalhar com a distorção série idade.

Foi feito entrevistas com professoras de classe multissérie, onde se conversou sobre as dificuldades enfrentadas e a problematização do tema houver momento de recordações era antes e agora das escolas que ainda possuem classe multissérie. Houver algumas perguntas elaboradas as entrevistadas, que foi se desenvolvendo e dando desenrolar de acordo com as historias contadas pelas professoras. Sempre envolvendo o assunto para compreender e busca soluções que ajude o docente a lidar com essas dificuldades encontradas nesse tipo de ensino.

Tomando como ponto de partida o objetivo dessa pesquisa que é investigar as dificuldades enfrentadas por professores de classe multissérie os principais autores que fundamentaram esse estudo são: Arroyo, Almeida, Correa, Hage.

2 A EDUCAÇÃO MULTISSERIADA: Na Legislação Brasileira

A presente seção aborda o ensino nas classes multisseriadas com a legislação com o nascimento de um projeto básico para escolas do campo em Santa Maria do Pará. Tendo como foco da pesquisa a Escola M.E.F. I Julia da Conceição.

As escolas/classes multisseriadas são uma forma de organização escolar em que alunos de diferentes idades e tempo ou níveis de escolarização (o que conhecemos por série) ocupam uma mesma sala de aula, sob a responsabilidade de um mesmo professor. Presentes no contexto do campo, as escolas/classes multisseriadas são frutos de um período histórico que nos remete ao Brasil colônia, com as professoras leigas e ambulantes que davam aulas aos filhos dos donos das terras e por consequência aos filhos dos seus trabalhadores, após a expulsão dos jesuítas do país em 1759.

Segundo Oliveira e Oliveira (2012), a multissérie é uma modalidade de ensino específico da região Norte, que contribui para o desenvolvimento do processo educacional desses povos, porém essa prática deve respeitar a realidade desse público escolar.

Dados do censo escolar da educação básica mostram que em 2013 foram 70.816 escolas rurais e 5,9 milhões de matrículas, e teve redução de 32.512 escolas e de 2 milhões de matrículas. Nestas turmas, os professores lecionam para estudantes de diferentes séries dos anos iniciais do Ensino Fundamental e em algumas situações atendem aos estudantes da educação infantil, concomitantemente. Essa forma de organização escolar, de forma predominante, tem sido identificada com a precariedade da oferta da educação escolar às populações do campo, comprometendo a positividade do processo ensino-aprendizagem nessas escolas. Essa realidade tem sido investigada desde 2002 pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia – GEPERUAZ, e entre as principais questões evidenciadas, destacamos:

As condições existenciais das escolas multisseriadas. Em geral, essas escolas são alocadas em prédios escolares depauperados, sem ventilação, sem banheiros e local para armazenamento e confecção da merenda escolar, possuindo estrutura física sem as condições mínimas para funcionar uma escola. Há situações em que não existe o número de carteiras suficientes, o quadro de giz encontra-se

danificado; e em muitos casos, essas escolas não possuem prédio próprio, funcionando em prédios alugados, barracões de festas, igrejas ou mesmo em casa de professores ou lideranças locais. Os professores e estudantes enfrentam muitas dificuldades em relação ao transporte e às longas distâncias percorridas para chegarem à escola, vindo a pé, de barco, bicicleta, ônibus, à cavalo, muitas vezes sem se alimentar, enfrentando jornadas que chegam a 12 Km por dia.

A educação é definida como um direito de todos conforme a LDB e um dever tanto do estado quanto da família, que conta, ainda, com a promoção e incentivo da sociedade:

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I – recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II – fazer-lhes a chamada pública;

III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente. Lei nº 11.093/1996.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Ainda de acordo com a LDB, as especificidades do atendimento escolar no campo são referenciadas em seu artigo 28, segundo o qual para a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada

região, especialmente no que se refere a: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

2.1 Educação do Campo: O Nascimento de um projeto de Educação Básica para as Escolas do Campo.

O enfoque a ser considerado neste tópico, não é a de se prolongar na historicidade das lutas populares, que ao um dado momento foi construído através lutas e reivindicações sociais dos movimentos. Mas, mostrar o que já foi conquistado legalmente para a Educação do Campo como Direito.

Nas últimas décadas os movimentos sociais vêm pressionando e cobrando com mais eloquência as garantias de direitos à educação do campo. Cobram o que já é mencionava pela constituição Federal de 1988, que diz ser a Educação Direito todos os cidadãos sem distinção. E a segunda lei que rege a Educação LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação que sintetiza com clareza as incumbências de cada órgão governamental o dever sobre a forma de gerenciar a educação, ela direciona e orienta as normas sobre a oferta da Educação para todos os níveis e modalidades assim como ao que se refere à educação no meio rural.

A história da Educação do campo no Brasil surge para denunciar o descaso e desigualdade da Educação no meio rural. O surgimento dos movimentos sociais traz à tona a esperança de uma educação de qualidade para os sujeitos do Campo, e através de muita luta foi possível conquistar importante marcos legal para a Educação do Campo como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo; Resolução CNE/CEB nº 1; 2002; Resolução CNE/CEB nº 2/ 2008 e o Parecer nº 1/ 2006 que reconhece os Dias Letivos de Alternância assim como o

Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Porém, de acordo com Arroyo (2007) tem sido necessário buscar esses direitos através de manifestação dos movimentos sociais para que sejam de fato efetivados. “Concretizar o direito faz parte das lutas sociais”.

Então, Cresce no seio dos movimentos a consciência dos direitos como política pública. Busca-se a efetivar o que já foi garantido e o que ainda não esta sendo garantido por Lei. Organizados como sendo direito subjetivo e não abstrato (Arroyo, Caldart, Molina, 2009) Sintetizam que:

A Aprovação de Diretrizes representa um importante avanço na construção do Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é espaço essencial para o desenvolvimento humano. É um novo passo dessa caminhada de quem acredita que o campo e cidade se complementam e, por isso mesmo, precisam ser compreendidos como espaços geográficos singulares e plurais, autônomos e interativos, com suas identidades culturais e modos de organização diferenciados, que não podem ser pensados como relação de dependência eterna ou pela visão urbanoide e totalitária, que prevê a intensificação da urbanização como modelo de país moderno. (p.136-137)

Foi nos seminários e conferências regionais, estaduais e nacionais, que as propostas curriculares para a educação do campo foram pensadas, mais só se concretizaram na I conferência Nacional por uma Educação Básica Para o Campo que aconteceu em Luziânia/GO, de 27 a 31 de julho de 1998. Tendo o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nos quais ajudaram a mobilizar a sociedade com relação a obrigatoriedade de educação para o campo.

A partir desse marco, que foi o ponta pé inicial surgem as propostas de uma Educação que faça parte da agenda política dos governos Federal, Estaduais e Municipais. A primeira a sintetizar as obrigatoriedades foi a LDB 9.394/96 Lei de Diretrizes da Educação Básica. Nela está claro no seu artigo 28 as atribuições direcionadas a Educação do Campo. Na oferta da Educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias á sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesse dos alunos da zona rural;

- Escola própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

As Diretrizes Curriculares Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, elaboradas e aprovadas em 03 de abril de 2002 pelo Conselho Nacional de Educação, dispõem em seu artigo 2º, Parágrafo Único:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. s/n).

As Diretrizes Curriculares Operacionais para Uma Educação do Campo priorizam a busca pela melhoria na qualidade de vida, cidadania e no respeito a uma identidade própria para as escolas do Campo.

Também sobre as Diretrizes Curriculares, no seu Artigo 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições de infraestruturas adequadas, bem como material e livro didáticos, equipamentos, laboratórios, bibliotecas e área de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo com atendimento ao Artigo, 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. E o parágrafo 1º diz que “A organização e o financiamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições”.

O Decreto de número 7.352 (2010) que dispõem sobre a política de Educação do Campo em seu Artigo, afirma que: são princípios da Educação do Campo:

I- Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional de raça e etnia.

IV- Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas as reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização

escolar incluindo adequação do calendário escolar às fazes do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Em seu Artigo 6º, confirma que: “os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à Educação do Campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em 25 diálogos com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas”.

A partir do que foi exposto, em termos legais, a educação do campo atingiu um valioso marco legal na história. Porém, muito ainda é preciso ser colocado em prática. As políticas públicas educacionais avançaram e isso não se pode negar. Buscar esses direitos tem sido uma constante na caminhada dos movimentos. (ARROYO, 2007).

Mas considerando que os saberes docentes não são construções acabadas, então cabe a comunidade escolar busca a efetivação os direitos garantidos nas suas localidades. Através de condições, sociais, lutas constantes dos movimentos, acrescidas a uma ideologia de liberdade e igualdade no campo.

De posse dessas informações, e diante das necessidades que educadoras e educadores enfrentam nas escolas do campo, espera-se que os sujeitos que vivem dentro dessa realidade, busquem valer os seus direitos dando sentido a sua cidadania.

2.2 Educação multisseriada no município de Santa Maria

A presente pesquisa foi realizada em uma escola pública do município de Santa Maria do Pará. PA, cidade do interior da capital paraense localizada a aproximadamente 117 km da capital Belém. O município possuía no último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, 23,026 habitantes e com estimativa para 24,059 em 2016; segundo o levantamento de 2015, Santa Maria do Pará.

No que se refere à organização do sistema de educação em Santa Maria, podemos identificar que os primeiros passos só foram dados a partir da segunda emancipação do município, que ocorreu junto com a aprovação da primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) nº 4024/61. Nesta época, segundo

relato de populares, as escolas funcionavam nas casas dos professores, tanto na zona urbana quanto na zona rural, de maneira extremamente precária.

A partir de 1970, o município já ofertava o ensino primário de 1ª a 5ª série, nas redes estaduais e municipais, em 1971, foi finalmente implantado as series de 1ª a 8ª série, que segundo AQUINO (2012, p.24) “sem prédio próprio funcionava no período noturno nas dependências do grupo escolar Magalhaes Barata”. Só em 1972, inaugura-se o prédio onde funcionaria o curso ginásial, que recebeu o nome de Escola Estadual de Primeiro Grau Padre Diogo Feijó.

Com o aumento da demanda houve-se a necessidade de implantar, o segundo grau, mais precisamente em 1979, deixando, portanto, de ser Escola Estadual de Primeiro Grau Padre Diogo Feijó e passando a ser reconhecida até hoje como Escola Estadual Severiano Benedito de Souza.

Segundo a SEMED, o número de escolas no município de Santa Maria Pará é de 58, sendo 6 estaduais e 52 municipais. Estes números foram diminuindo com o passar dos anos pois, muitas escolas fecharam em 2015 eram 51 escolas em atividades com 3.575 matriculados no início do ano letivo sendo 68 admitidos após a iniciação das aulas já em 2016 eram 52 escolas em atividades com 3.575 alunos matriculados inicial com 72 admitidos após.

Com base nas informações coletadas na SEMED, sobre o ano de 2018 foram fechadas 04 escolas todas do meio rural e o total de escolas é de 48 em funcionamento, sendo 09 urbanas e 39 rurais. Fica bem claro que as maiorias das escolas estão no campo atuando com classes multisseriadas.

Perante essas quarenta e oito escolas, 35 atuam com classes multisseriadas, conforme os dados coletados na SEMED do município de Santa Maria do Pará, tanto na educação infantil quanto nas séries iniciais. Todas essas escolas estão localizadas no meio rural, tendo suas próprias metodologias com base na esfericidade da região onde estão localizada.

Conforme o Art. 28 da Lei 9.394 (BRASIL 1996):

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Segundo o artigo, a problemática pode influenciar na prática pedagógica do professor, com base na experiência na docência, e refletirá sobre a ansiedade de investigar essas dificuldades enfrentadas nas técnicas pedagógicas nas escolas do campo.

Com relação às dificuldades encontradas nas práticas pedagógicas, pergunta-se a professora Antônia Maria Mesquita de Carvalho como ela realiza o planejamento para uma sala multisseriada? Ela respondeu: “Sim, eu realizo”.

Diante da resposta dada, percebe-se que a mesma não entendeu a pergunta feita, pois foi uma resposta curta e sem sentido. Porém, através do dialogo a referida docente relatou que faz planejamento um para cada serie, de forma diferenciada, que demonstra que a mesma não trabalha com temas geradores ou interdisciplinaridade.

Outra questão respondida pela professora foi às metodologias que ela utiliza com seus alunos. Ela respondeu: “Utiliza um pouco da metodologia tradicional e um pouco das outras metodologias”.

Nesta afirmativa, nota-se que a prática baseada na teoria tradicional, ainda é uma realidade na escola de campo, significa que os conteúdos trabalhados na escola urbana são apenas adaptados às escolas do campo, acrescidos talvez de alguns pressupostos apropriados para os misteres campestinos. O ideal seria o professor com capacidade de construir o seu método, modificar conteúdos e reivindicar o modo de ensinar respeitando a realidade do aluno.

Continuando o questionamento, a professora como ela enfrenta as dificuldades cotidianas na sala de multisseriada? A resposta foi a seguinte: “Com tranquilidade”.

A tranquilidade é um elemento essencial para que o professor possa agir com lucidez nos desafios dos cotidianos escolar, desconstruindo o pensamento que a sala de aula seja um território de conflitos. Na verdade, a problematização dos elementos constitutivos do processo escolar é um campo propício às mudanças decorrente de uma sociedade mais otimizada para debates, reivindicações para o exercício da democracia.

Outra questão abordada no questionamento foi sobre a gestão da sala de aula, como se dá o domínio de conteúdo? Cujas resposta da professora foi: “Dividido

em um momento para cada série”. E para finalizar questão perguntamos como se dá a relação professor aluno? A professora respondeu: “Ótimo”.

O domínio dos conteúdos revela uma grande segurança para atuar na sala de aula, principalmente quando de forma consciente o professor sabe que os educandos estão progredindo na aprendizagem. Na sala multisseriada a regra é dividir os assuntos contidos nas séries. As atividades são aplicadas para cada turma de alunos no seu tempo mínimo com atendimento posterior para esclarecimentos individuais, havendo da parte do professor um esforço para atender os alunos, cuja relação contribui para que o trabalho tenha resultados avaliativos dentro das expectativas do rendimento escolar.

Por último pergunta-se a professora se existe um acompanhamento do rendimento escolar dos alunos diferenciado por série? A mesma respondeu que: “Sim”.

Mais uma vez a resposta da professora foi lacônica, deixando os espaços para que possamos pensar se a realidade corresponde com a resposta dada, onde os índices da precariedade da escola e o nível de despreparo do professor não conduzem resultados significativos no rendimento escolar, nos moldes, em que estão a inseridos os alunos das salas multisseriada.

De acordo com a SEMED, a realidade apresentada pela educação do campo e o desafio imposto pelas classes multisseriada, o objetivo do estudo é observar e descrever quais são as principais dificuldades encontradas pelo professor de uma escola rural no Município de Santa Maria do Pará.

2.3 A escola Júlia da Conceição.

A presente pesquisa foi realizada em uma Escola Rural, do município de Santa Maria do Pará, localizada uma distancia de 16 quilômetros do centro da cidade especificamente na travessa Piquiarana.

Com relação à estrutura física, esta foi construída no ano de 1988, possuindo apenas uma sala de aula, na qual são ministradas aulas para turmas de multisseriado, funcionando em dois turnos (matutino e vespertino),também fazem parte dessa estrutura dois banheiros, uma refeitório, cozinha .

Toda essa estrutura é cercada por propriedades agrícolas rurais e vegetação nativa da região, ambiente este que proporciona um clima razoavelmente agradável para os discentes e funcionários que convivem na escola.

Imagem 1-EMEIF Julia Da Conceição (frente)



Fig. 01 – Escola Julia da Conceição. Fonte: Sales, 2018.

A escola atualmente enfrenta problemas com a infraestrutura, que não atende a demanda das atividades desenvolvidas. O encanamento é antigo e está danificado, possui rachaduras no entorno do prédio, também com uma grande carência de sala adequada para biblioteca.



Fig.02 – Sala de aula da Escola Julia da Conceição. Fonte: Sales, 2018.

A sala de aula esta organizada de forma lúdica para atender as diferentes faixas etárias dos alunos que atuam em classes multisseriadas.



Fig. 03 – Area de refeição da Escola Julia da Conceição. Fonte: Sales, 2018.

Este local é destinado a alimentação dos alunos no momento de refeição e esse modelo de refeitório é adotados por quase todas as escolas do campo.

3- PRÁTICAS DOCENTES NAS TURMAS MULTISSERIADAS: Desafios e Perspectivas do Educador do Campo

Esta seção trata sobre as práticas docentes nas turmas multisseriadas do Município de Santa Maria do Pará. Nesta discutiremos de forma clara e sintética o assunto em questão, para que seja compreensível para os leitores.

Trabalhamos com autores diversificados que tratam do assunto de forma objetiva e que nos oferecem um conteúdo dentro do nosso assunto. A presente seção é composta de duas subseções: A primeira, desafios e perspectivas nas classes multisseriadas. Na segunda, saberes pedagógico em construção em busca práticas inovadoras.

A classe multisseriada tem objetivo de unir várias turmas em um único espaço, ou seja, na sala de aula se agrupam crianças do pré-escolar até o 5º ano dependendo das necessidades de cada comunidade. Isso dar-se devido o difícil acesso ao meio urbano e pela situação demográfica. São alunos de várias idades com níveis de aprendizagem diferenciados que dividem o mesmo espaço, tendo um único professor responsável pelo funcionamento da escola.

De acordo com o Inep (2006) citado por Almeida (2010) 80,9% das Escolas de Educação Básica no meio rural do Estado do Pará são de classes multisseriadas. Isto equivale dizer que as escolas com estas características propõe políticas públicas voltadas para atender as especificidades destas escolas no campo.

Este tipo de composição de turmas também exige do professor competências e habilidades para administrar uma classe com diversas complexidades. Mais o que acontece é que muitos educadores e educadoras insatisfeitos por não terem apoio técnico e pedagógico acabam utilizando práticas pedagógicas descontextualizadas fragmentando o conhecimento.

De acordo com Correa (2007) e Veiga (2003), ainda se perpetua muitas discriminações sobre o rural, pois se tem o rural como lugar atrasado e o urbano como civilizado. Mas apesar das tensões estabelecidas no campo pelas lutas constante por terra, os movimentos organizados juntamente com a população local buscam propostas políticas e práticas curriculares que estejam vinculadas aos saberes produzidos e vividos pela a população amazônica.

Acredita-se que desconstruir a visão preconceituosa sobre o rural não sejam fácil devido à conservação de grupos hegemônicos, muitas coisas são manipuladas, mais outras já mudaram com a chegada da modernidade, pelo menos o que diz respeito à nomenclatura do rural para campo. Ao se modernizar, o mundo traz consigo novas formas de substituição do velho para o novo, dentre eles o termo rural, que para atender os conceitos modernos atuais, passou a ser chamado de “campo”. Mais essa renomeação aconteceu a partir de um sentido reflexivo dos camponeses, das lutas sociais e culturais, que atualmente tentam garantir a sobrevivência do seu trabalho no campo. Pois não tem mais sentido tratar as escolas rurais e as classes multisseriadas como pragas a serem extintas.

De acordo com Atta (2003) essas escolas multisseriadas surgem num determinado momento da história, eram chamadas de escolas de ensino “mútuo”. Tinha como características as múltiplas série. No entanto a prática desenvolvida pelos professores era livresca, ou seja, o professor desenvolvia sua atividade de acordo com o conhecimento de cada aluno. Esse tipo de ensino foi criado oficialmente pela Lei geral de Ensino em 1827, que originou nas vilas e lugares populosos as escolas de primeiras letras que forem necessárias. Ainda, com a república foram se organizando nas cidades os grupos “Escolares” divididos em turmas por séries e sexo. Mais nas zonas rurais, em pequenas vilas, comunidades continuaram as escolinhas apartadas das cidades, para atender as necessidades de ordem demográfica, em locais menos povoados. Para entender melhor, Leite (1999) aborda da seguinte forma:

“A Educação rural no Brasil por motivos sociais-culturais, sempre foi relegado a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológico da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: gente da terra não carece de estudos. Isso é coisa da gente da cidade”. (p.14)

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas

experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (CALDART, 2008, p. 71).

A educação do campo caracteriza-se por conhecer as necessidades próprias do local, valorizar o espaço cultural em que os educandos estão inseridos sem abrir mão da pluralidade de conteúdos nas diversas áreas do conhecimento.

Dando uma maior importância ao cenário em que os educadores de classe multisseriadas se encontram apresenta muitos desafios, como as tensões e as angústias vividas no cotidiano escolar. Por esse motivo, os professores se aventuram em busca de soluções para resolver problemas da sala de aula, encontram maneiras para amenizar as muitas dificuldades existentes no cotidiano escolar de uma classe multisseriada.

Entretanto, hoje já se sabe que a história da educação do campo evidencia um cenário de possibilidades nas garantias do direito a Educação Básica para as escolas do campo, são Leis que direcionam as práticas educativas curriculares para o campo. Tendo uma maior visão nos marcos legais mais importantes conquistados para a Educação do Campo.

A SEMED por sua vez deveria instruir os docentes a lidar com diferentes graus de escolaridade. Os desafios encontrados são diários é uma realidade que caracteriza a classes multissérie de forma geral.

Essa realidade tem gerado ao longo dos anos a situação de precariedade em que vive as classes multissérie e o professor, que tem que se desdobrar entre uma série e outra, um planejamento adaptado para trabalhar todas às séries, e na maioria das vezes, ele tem que ser o professor e o responsável pela escola.

Um bom professor de Multissérie, como em qualquer outra modalidade de ensino, reflete sobre sua prática constantemente, se auto avaliando no processo para alcança os objetivos que planeja para um bom desempenho de seu aluno reflete o papel do educador que a escola busca.

Para estatele-se uma boa discussão a respeito de práticas pedagógicas, é preciso partir do ponto de vista do que seja pratica em termos gerais. Essa é uma interrogação necessária para que se ampliem o entendimento sobre o que venha ser prática pedagógica. Nesta discussão buscou-se no dicionário Aurélio da língua portuguesa (2010), o conceito de prática. E nele prática é o ato ou efeito de praticar.

E ainda: é o uso, exercício, rotina, hábito, saber provido da experiência, aplicação da teoria.

Neste ínterim, as práticas pedagógicas se assemelham com as características do dicionário, pois estes conceitos estão presentes nas atividades do professor nos espaços escolares. Mas, as práticas em especial na educação, sofreram e sofrem influências de teorias filosóficas.

Então essas correntes filosóficas (tendências pedagógicas), se difundiram ao longo da história, em: Tendência liberal tradicional, tendência liberal renovada, tendência liberal renovada não diretiva (Escola Nova), tendência liberal tecnicista, tendência progressista libertadora, tendência progressista libertária, tendência progressista"" crítico social dos conteúdos ou "histórico-crítica". Todas elas deixaram suas contribuições no ensino assim como nas práticas pedagógicas (QUEIROZ e MOTA, 2007).

Porém é importante salientar que elas tiveram uma grande importância nas práticas educativas, sejam elas tradicionais ou mais progressistas.

O educador Paulo Freire (1996) vê na prática tradicional, um ensino considerado "bancário" este tipo de ensino torna o aluno incapaz de desenvolver sua criatividade. As práticas de ensino eram desenvolvidas através de técnicas decorativas, cópias e fragmentação do saber. Porém, Paulo Freire condena toda e qualquer forma de discriminação, pois para ele o velho que permanece dando resultados continua sempre novo. E ainda as novas descobertas de ensino devem ser analisadas, aceitas parcialmente. Nesta perspectiva o professor deve considerar as práticas que lhes são propícias e buscar nas suas observações as práticas que possam ajudar na sua identidade sociocultural.

O professor é figura indispensável dentro da sala de aula, ele é o responsável direto para sistematizar o conteúdo formal, ensinar a ler e a escrever, direcionar os alunos nas atividades, ensinar as regras de convivência social. Mais se pergunta se a prática pedagógica apenas se resume a essas atividades sistêmicas?

Veiga (1989) considera a prática pedagógica desta forma:

Uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social que pressupõem a teoria-prática e é essencialmente nosso dever como educadores a busca de condições necessárias a realiza-lo. (p.16)

O trabalho docente está ligado com o propósito da formação humana, é uma prática rica de possibilidades, pois trabalha diretamente com pessoas, seres humanos. Sendo uma função especificamente humana requer que o professor reflita sobre o seu verdadeiro papel de educador como peça importante na construção da civilização.

“Á docência é o trabalho do professor”. Esta é uma afirmação de Veiga (2005), ela sintetiza que é um trabalho construído a partir das necessidades da sociedade ao longo da história. E é neste processo que as funções de trabalho se estabelecem, umas somem, outras mudam e também tem outras que resistem as mudanças seguindo ritmos que lhes são atribuídos. Neste novo cenário social as atribuições dadas à docência não se restringem apenas a responsabilidade de sala de aula, ministrar a aula, mais ser mais participativo no processo de formação social.

Segundo a autora nos últimos tempos o professor como profissional da educação não se restringe apenas ao espaço da sala de aula mais a ele compete outras atribuições como explicito LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, tem no seu artigo 13 as incumbências que lhes são apresentadas:

[...] participar da elaboração do projeto pedagógico; elaborar e cumprir o plano de trabalho; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento; à avaliação e ao desenvolvimento profissional. (LDB, 9394/96.)

Então em vista de todas essas funções ou responsabilidade dada à docência, implica que o professor para atender a essas exigências necessita aprimorar suas capacidades profissionais, adquirindo características que lhes permita competências. As competências permite a descoberta de saberes diversos que admite segurança ao profissional.

As competências para Perrenoud (2000) são habilidades para agir em situações desafiadoras e difíceis de forma inovadora, são importantes para que o professor saiba trabalhar em equipe, ter domínio de classe, saber envolver a classe, conduzir aos alunos em situações de dificuldades, administrar situações problemas, ter uma visão ampliada como profissional.

Pois o professor da atualidade não é mais aquele que se reduz apenas a sala de aula no processo de ensino aprendizagem. Este novo profissional que está

sendo exigido pela sociedade deve ser completo, com uma identidade nova recheada de saberes.

3.1 Saberes pedagógicos em construção: em busca de práticas inovadoras

Diante das transformações ocorridas nos últimos anos, com a globalização, as tecnologias, as informações muitos profissionais da educação não acompanharam as tendências que são exigidas para a construção de uma nova identidade pedagógica, que lhes permite ser um profissional completo. A respeito da construção da identidade docente Pimenta (1999) acrescenta:

Identidade é um processo de construção do sujeito historicamente situado, sendo esta construída a partir da significação social da profissão; da revisão constante e das tradições. Podendo ainda ser construída pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere a atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida a ser professor. (p.18)

Sendo assim, os saberes da docência se complementam nas vivências do cotidiano nas representações que se dá para a vida e seus significados. sistematizado utilizado de forma inteligente pelo professor na sua prática, com a finalidade de possibilitar aos alunos o conhecimento mais de uma forma benéfica que sirva para que eles adquiram habilidades em saber gerir com responsabilidade as informações obtidas.

A Pedagógica também se busca em formações iniciais e continuada e estão relacionadas ao processo de ensino aprendizagem. Os saberes pedagógicos são saberes técnicos didáticos que aguçam as práticas docentes. De acordo com Pimenta (2012) é neste ambiente que o docente pode confrontar a teoria e prática, partindo de uma análise da sua realidade prática em sala de aula. As formações possibilitam uma análise do que se faz na prática e o que se aprende na teoria, ou seja, refletir ou confrontar teoria/prática partindo dos aspectos da realidade. Veiga (1989) diz que existe uma unidade entre a teoria e a prática devido à vida e o significado que uma dá a outra.

Porém, sabe-se que volta e meia os professores são vistos como responsáveis do fracasso escolar. Mais ao longo do tempo não deram voz à classe para opinar ou decidir a respeito das práticas renovadas, por mais que o professor

tenha “autonomia” não pode usá-la sem esta atrelada ao sistema de ensino. As tendências pedagógicas sempre foram impostas e nesta nova configuração o enfoque está voltado para a postura profissional que se apresenta para a nova pedagogia.

Pimenta (2012) chama atenção para os modelos de organização educacional encontrada na forma de currículo, ciclo de aprendizagens, interdisciplinaridade, currículo articulados com a escola-campo de trabalho dos professores e ao estágio. São instrumentos educacionais para o ensino que obrigam a renovação das práticas pedagógicas, ou seja, os professores precisam deixar o velho modelo e se adequar ao novo campo de competência e habilidade.

Alarcão (2003) diz “um professor reflexivo numa escola reflexiva, um profissional com identidade, que sabe agir nas situações de incertezas de forma criativa e consciente”. É aquele professor que sabe digerir as informações e utilizá-las para construir a cidadania de forma significativa, através de sua prática docente de forma organizada e construtiva.

[...] “uma organização que continuamente se pensa a si próprio, na sua missão social e na sua organização e se confronta com o desenrolar da sua atividade num processo heurístico simultaneamente avaliativo e formativo”.
“(ALARCAO, 2003.p.8)

Nesta perspectiva, a missão da comunidade escolar é buscar formar cidadão consciente do seu papel na sociedade, de maneira criativa e crítica, e o professor tem uma importância fundamental visto que ele está intimamente envolvido no processo de formação e sistematização do conhecimento, a ele compete esta tarefa tão difícil, mais ele não pode trabalhar sozinho, a comunidade escolar também deve entrar nesta empreitada. Neste íterim, as escolas reflexivas surgem para atender as novas tendências do mundo globalizado. Então o professor precisa ser reflexivo. Para Shon (2000), este profissional é aquele que reflete sobre as suas próprias práticas, analisa suas ações, seu projeto de vida a partir de uma realidade concreta. Então a finalidade da pratica pedagógica é criar soluções para os desafios da pratica educativa, mais com propósito de contribuir na formação social.

Considerando que o papel docente tem como finalidade a formação de seres comprometidos com o desenvolvimento da civilização de forma consciente, pensemos numa prática pedagógica num contexto de uma turma multisseriada que

tem como características a heterogeneidade. Imagina-se como então se desenvolvem as práticas docentes nestes espaços. Será a próxima abordagem a ser discutida.

A inovação pedagógica tem um caráter intencional, não é uma mudança qualquer, uma simples renovação, e sendo assim, se configura como uma ruptura significativa com a situação vigente. Inovar implica trazer à realidade educativa algo efetivamente “novo”. Ou dar um significado novo a algo já existente. O termo inovação significa novo, novidade ou renovação, origina – se do latim “inovatio”. E pode acontecer em qualquer espaço de interação social, incluindo ambientes formais e não formais.

Segundo Carlos Fino (2009), inovação pedagógica implica mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas e essas mudanças envolvem sempre um posicionamento crítico, explícito ou implícito, face às práticas pedagógicas tradicionais. E essas mudanças acontecem nas práticas pedagógicas, dentro ou fora do contexto escolar, para mudar é preciso romper com práticas instituídas secularmente.

Sendo assim, Papert (2008) sugere a introdução e o uso do computador na escola, como instrumento que facilitará ao aluno o acesso ao conhecimento de maneira rápida e interativa.

Para a Educação do Campo também é uma realidade possível, pois a energia elétrica chegou aos distantes lugarejos desse país. Contudo, tratam-se apenas de um instrumento, permanecendo a complexidade e a multirreferencialidade exigidas pela inovação pedagógica, que requer interpretações e ações coerentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada à importância do estudo, o mesmo possibilitou uma análise sobre o acesso a qualidade da educação nas escolas multisseriadas, a situação vivenciada pelos sujeitos do campo tem nos feito refletir sobre os direitos de todos a uma educação de qualidade.

A pesquisa constatou que apesar dos avanços em vários aspectos, a exemplo de leis, métodos pedagógicos e ou materiais didáticos, o processo de ensino é prejudicado pela precariedade das escolas, entre outras coisas, o fato é que ainda precisamos de muitas mudanças que sejam capazes de construir uma educação de qualidade para todos os cidadãos que vivem no campo.

Outro lado revelado e que se torna necessário nos preocuparmos e com a formação dos docentes inseridos em sala de aula multisseriadas, pois outro desafio das mudanças deve ser garantir profissionais qualificados na educação multisseriadas, no entanto, é necessário possibilitar uma formação continuada repensando o processo de qualificação do educador, onde os mesmos irão adquirir novas ações pedagógicas que os levarão a reconhecer os equívocos existentes nas metodologias e conteúdos utilizados em sala de aula, onde os métodos devem ser diferenciados do ensino regular e adequados à escolaridade desses alunos, respeitando sempre suas características particular e cultural.

Entretanto, entendemos que para observar essa questão melhor e falar sobre essa prática na maioria das vezes que não é de fato conciliada com a vida diária do aluno, buscamos dados e diante desta realidade que só demonstra a dificuldade do professor de uma classe multisseriada e a progressão do aluno no futuro.

Para isso elaboramos a pesquisa no intuito de contribuir de forma reflexiva para uma prática pedagógica mais confiante e com a certeza de que a busca por qualificação e comprometimento possibilita aos professores, atuantes em sala de aula de classe multissérie, uma melhor compreensão da prática pedagógica de uma classe multissérie, demonstrando, portanto preocupação com a realidade do aluno, tendo em vista que esse é um dos princípios desse tipo de educação.

A situação vivenciada pelos sujeitos que atuam no campo precisa ser assegurar o acesso à qualidade da educação e profissionais capacitados para

trabalhar nas escolas multisseriadas isso nos leva a pensar sobre os direitos de todos a uma educação de qualidade, compreendemos enfim que para resgatar e construir uma identidade do homem do campo é necessário que haja mudanças culturais e comportamentais, por parte de muitos que se dizem preocupados com esse povo.

Essa educação de qualidade é muito importante para as pessoas que vivem no campo, pois é por meio dela que esse povo ira garantir a sua qualificação perante essa sociedade com uma larga desigualdade social.

Portanto, acredita-se que devem ser feitas mudanças urgentes nas salas multisseriadas, como: mais recursos, metodologia interdisciplinar utilizando temas geradores, professores capacitados, enfim uma reforma que qualifique e melhore o ensino multisseriada para que os sujeitos do campo tenham acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

ALARCAO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALMEIDA, Edilson Mendes de. **Educação ribeirinha na Amazônia**. São Paulo. Leopoldo: Oikos, 2010.

ARROYO, M.G. **Políticas de formação de Educadores (as) do Campo**. Caderno CEDES, Campinas, V.27, nº 72. Maio/agosto. 2007.

ARROYO, Miguel Gonzales, Roseli Salete Caldart, Mônica Castagna Molina (org). **Por uma educação do campo**. 4. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (LDB). Lei nº9. 394 de 20 de Dezembro de 1996. Brasília. (2006).

Fino, C. N. (2009). **Inovação e invariante** (cultural). In L. Rodrigues & P. Brazão (Orgs.), **Políticas educativas: discursos e práticas** (pp.192-209). Funchal: Grafimadeira.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 Abril de 2002, **Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União Brasília, 9 de Abril, 2002

_____. CNE/CBE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CBE nº 2, Brasília-DF de 28 de abril de 2008.

CORRÊA, Sergio R.M. **Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**: A territorialidade do campo como <<espelho>> de projetos conflitantes e contraditórios. In. **Educação popular do campo e Desenvolvimento**

Territorial na Amazônia: Uma leitura a partir da pedagogia do movimento dos atingidos por barragem (MAB). João Pessoa, PB: Dissertação de Mestrado. 2007.

CORRÊA. Sergio Roberto M. **Currículo e saberes: caminhos para uma educação do campo multicultural na Amazônia**: HAGE, S.M (org). Educação do campo na Amazônia: relatos da realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg. 2005.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de: SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco ET al. **Didática e docência: Aprendendo a Profissão**. Fortaleza: Líber livro.2008.

Fundamentos sócio-filosóficos da Educação/ Cecília Telma Alves Pontes Queiroz. Filomena M. G. da Silva Cordeiro Moita- Campinas Grande. Natal. UFPB/UFRN, 2007.

FRIORENTINI, D. PEREIRA, E. M. A. (org.) **Cartografias do trabalho Docente: professor(a)** . Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil ALB, 1998. Pp .153-182.

FRIGOTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 3ed. São Paulo: Cortez .1999.

GEPERUAZ/UFGA. Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia. 2005.

LEITE, S.C. **Escola rural: Urbanização e política educacional**. São Paulo: Cortez.1999.

Lei Federal N° 9.394/96 LDB lei de diretrizes básica

LIBÂNIO, José Carlos. Didática/ José Carlos Libânio. -São Paulo: Cortez, 1994. - (coleção magistério). 2º grau. **Série formação do professor Avaliação: uma**

prática em busca de novos sentidos/ Maria Tereza Esteban. (org.). - 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LUCKESE, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: ed. Cortez, 1994.

MUNARIM, Antônio. **Elementos para uma política pública de Educação do Campo**. in: MOLINA, Monica C.(org). Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 2006.

PADILHA, R.P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças**: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Artmed. 2000.

PIMENTA, S.G. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. IM, Pimenta (org) Saberes pedagógicos e atividade docente. S.Paulo: Cortez (1999).

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. SãoPaulo: Cortez 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

SHON, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: ARMED, 2000.

VEIGA, I.P.A. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas, S.P: Papirus. 1989.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Docência: uma construção ética Profissional**. J.P. A Veiga. José Carlos S.A. e Célia Kapuziniak-Campinas. SP. Papirus - 2005-(Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Campinas, Editora Autores Associados. 2003. .

<https://santamaria.pa.gov.br/secretarias/SEMED/>, acessado em 23/08/2018.

ANEXOS

1-O QUE É PRÁTICA DOCENTE EM CLASSE MULTISSÉRIE?

2- COMO O DOCENTE DEVE LIDAR COM A DIVERCIDADE NA SALA MULTISSÉRIE?

3- DE QUAL MANEIRA O PROFESSOR PODE ORGANIZAR A SALA NO ESPAÇO E TEMPO COM UMA TURMA MULTISSERIADA?

4- COMO VOCE VER A ATUAÇÃO DE UM DOCENTE NO MUNICIPIO DE SANTA MARIA QUE ESTA LOTADO EM CLASSE MULTISSERIADAS?